

# “Escrítica Pop”<sup>1</sup>

## a revista *Unidade* e a crítica interna na Escola do Porto no final dos anos 80

✎ Eduardo Fernandes

### 1. “não há romance nesta escola?”

1988. A “Escola” está na moda, em Portugal e “lá fora”.

Todas as revistas de prestígio da cena arquitectónica mundial publicam obras de Álvaro Siza<sup>2</sup> e querem reflectir sobre esse “case study” que é a “Arquitectura do Porto”.

Na rua do Gólgota, a construção da nova Faculdade segue a bom ritmo, sendo já visível no betão a sua forma final.

A transição do curso de Arquitectura da ESBAP (Escola Superior de Belas Artes do Porto) para a FAUP (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto) parece ter-se consumado sem dramas, estando a ser aplicado o plano curricular de 1984, e pronta a revisão de 1988.

Tornava-se evidente que “a Escola do Porto ganhou a guerra. (...) aqui em Portugal, ganhou a guerra”<sup>3</sup>.

A Escola do Porto tinha realmente vencido todas as batalhas que teve de travar, ao longo do seu percurso de formação e consolidação e que, aliás, foram fundamentais para a construção da sua identidade:

- ✎ na construção teórica da identidade da arquitectura da Escola, que se constrói-se como um caminho sinuoso, resultado de um conjunto de acções e reacções: por uma interpretação realista da Arquitectura Popular contra Raul Lino<sup>4</sup>, por uma Arquitectura Moderna Portuguesa contra a ideologia e os modelos do Estado Novo<sup>5</sup>, por um carácter regional contra a uniformização internacionalista<sup>6</sup>, e, finalmente, reafirmando os modelos da primeira metade do século contra a exuberância dos primeiros pós-modernos<sup>7</sup>.



*Laura 1*



paralelamente, na definição de uma metodologia de ensino da arquitectura, foi também sinuoso o percurso realizado, com várias batalhas travadas: primeiro contra o academismo de tradição “Beaux-Arts”, depois (a partir do 1º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948) pela Reforma do Ensino da Arquitectura e, logo após a sua publicação em 1957, a propósito dessa mesma Reforma (em primeiro lugar quanto ao processo seguido na sua elaboração, depois pelo seu carácter tecnocrático e pela sua difícil aplicabilidade) ou ainda contra a formulação excessivamente abstracta feita em 69/70 dos “regimes experimentais”<sup>8</sup>. Assim, as “Bases Gerais do Curso de Arquitectura do Porto” de 1976<sup>9</sup>, só podem ser compreendidos na sua globalidade na sequência de todo este processo de construção de uma identidade de ensino iniciado por Carlos Ramos e continuado por muitos.

Na interligação destas duas vertentes, a consolidação da ideia de Escola, nos dez anos que se seguiram à Revolução de 1974<sup>10</sup>, faz-se em paralelo com a consagração da sua linguagem arquitectónica e do seu método de trabalho e ensino, num clima de alguma agitação no panorama arqui-

tectónico internacional e, por consequência, nacional (nomeadamente em Lisboa, onde as propostas dos primeiros pós-modernos tem cada vez mais impacto). Esta é mais uma posição que se vem a revelar vitoriosa: assim, no final dos anos 80, torna-se evidente que, nesse momento, “todo o fascínio dos meios arquitectónicos e da cultura arquitectónica” em Portugal vai para “objectos de arquitectura que giram na órbita da escola do Porto.”<sup>11</sup>

É também a partir desta altura, à medida que a “Escola do Porto” se começa a tornar um fenómeno com projecção internacional, que começamos a encontrar contributos externos para a compreensão da sua identidade. Um dos primeiros e mais importantes contributos é dado por Kenneth Frampton, que introduz o conceito de “Regionalismo Crítico” (como uma terceira via, alternativa defensável ao confronto entre neo-modernos e pós-modernos) que não só ajuda a caracterizar a arquitectura da Escola do Porto como a contextualiza internacionalmente<sup>12</sup>. Mais do que referenciada à cidade do Porto, a Escola é conotada com uma área regional específica<sup>13</sup> e influenciada por esse contexto cultural e geográfico; a procura de uma identidade regional (necessariamente marginal) num contexto nacional e europeu incluem-na na referida classificação: “*Critical Regionalism has to be understood as a marginal practice, one which (...) tends to flourish in those cultural interstices which in one way or another are able to escape the optimizing thrust of universal civilization*”<sup>14</sup>. Apesar de esta ser uma definição abrangente (que não se destina a definir a arquitectura da Escola do Porto, apenas a enquadrar numa tendência com abrangência mundial, que reúne arquitectos tão distantes geograficamente como Siza, Scarpa, Ando e Barragan), encontramos aqui quase todos os elementos que um observador exterior poderia usar para definir a arquitectura da Escola em 1985... ao mesmo tempo que a construção do edifício “Bonjour Tristesse”, integrada no programa IBA<sup>15</sup>, transportava Siza Vieira para o restrito grupo de arquitectos com visibilidade mundial, subtraindo-o definitivamente a esta classificação de “prática marginal”.

Em função de tudo isto carece de explicação o graffiti “NÃO HÁ ROMANCE NESTA ESCOLA?” que aparece pintado no muro cor-de-rosa-velho da antiga Quinta da Póvoa...

Mais que um graffiti, esta mensagem é a expressão de uma desilusão, é quase um manifesto (é, no mínimo, o seu primeiro gesto), que parece anónimo mas quer ser assumido<sup>16</sup>, de um grupo de alunos que encontra na escola, sobretudo, “um espaço de descontentamento”<sup>17</sup> e descobre, ao longo de todo um ano lectivo, que os novos espaços de expressão abertos aos alunos na sequência da entrada na FAUP (Associação de Estudantes, Assembleia de Representantes, Concelhos Directivo e Pedagógico) não concretizam o slogan “Somos quase livres”, da campanha para a eleição da primeira Associação.

Não conseguindo lutar contra o sistema por dentro, e não querendo abrir uma guerra declarada, “cortando relações, fazendo muito fumo (e aí se calhar pontapeando quem gostamos e abraçando quem não queremos)”<sup>18</sup>, o auto denominado “departamento desilusão!” optou por uma estratégia de guerrilha, ambígua (complexa e contraditória, à boa maneira Venturiana). Assumindo que “já sabíamos que não íamos ganhar”<sup>19</sup>, o confronto faz-se por pequenas provocações, algumas das quais bastante abstractas: “a arquitectura morde” e “a arquitectura comove-me” são slogans que sucedem ao referido “somos quase livres” e antecedem o “não há romance...”.

A revista *Unidade*, nomeadamente os seus primeiros dois números, publicados em Julho de 1988 e Novembro de 1989, fazem parte desta estratégia de confronto, mas ganham uma importância muito superior em relação às iniciativas anteriores, porque constituem o primeiro registo escrito das preocupações de uma geração de estudantes que, mais do que compreender e aceitar a identidade da Escola, procurou questionar alguns dos seus pressupostos.

## 2. “O mundo é esta revista. (...) Esta revista é o nosso mundo de pernas para o ar”<sup>20</sup>

Analisando à distância estes dois primeiros números, torna-se evidente que as suas intenções são bastante distintas.

A *Unidade* 1, mais do que uma crítica, é uma afirmação de identidade. A sua mensagem é: “nós somos assim”. A sua primeira provocação não é tanto a de uma crítica directa, mas a de uma mensagem subliminar: “nós não somos como os outros, não somos o que vocês esperam de nós”.

Os conteúdos da revista procuram transmitir uma imagem das simpatias e afectos dos seus autores, cuidadosamente distribuídos por áreas: na poesia (João Miguel Fernandes Jorge), na pintura (Duchamp), na música (David Byrne e John Cage), no cinema (Wim Wenders) e, finalmente, numa necessária incursão na arquitectura (mas na “outra”, a que não está conotada com a Escola), com as entrevistas a António Belém Lima e Manuel Graça Dias.

Não sendo o que se esperava de uma revista de estudantes da FAUP (ver “Páginas Brancas”<sup>21</sup>, anterior exemplo de publicação organizada por alunos), nada disto era minimamente incomodo para ninguém... Há no entanto dois momentos em que a revista se assume como uma revista de estudantes de arquitectura do Porto, e é precisamente nesses que procura ser mais provocatória: em “Plenitude”, uma entrevista ao presidente do Conselho Directivo da FAUP (Alexandre Alves Costa, na época) e na publicação de um conjunto de comentários escritos por docentes das cadeiras de Projecto do curso, sobre 27 desenhos de projecto de alunos

escolhidos pelos editores da *Unidade* (e também publicados na revista). O resultado da segunda iniciativa (a que parecia mais prometedora) terá ficado muito aquém das expectativas: mais do que as respostas dos sete participantes (que, na generalidade, fugiram ao desafio refugiando-se em discursos generalistas sobre os objectivos da sua cadeira, em vez de comentar os trabalhos apresentados) incomodava o silêncio dos que não responderam. Resultados lamentáveis, porque os desenhos eram bons exemplos de uma certa diversidade possível de atitudes e linguagens (do 1º ao 5º ano) e representavam, portanto, a negação da existência de uma inevitável formatação dos alunos, pelo menos ao nível da já então falada “receita” de desenho; no entanto, estava implícita a comparação das propostas com as respectivas classificações (não divulgadas na revista, mas na memória de todos) para se subentender a valorização de uma “linguagem de escola” (pelo menos, foi esta a minha interpretação em 1988, quando aluno da FAUP e leitor entusiasta deste primeiro número). Refira-se que esta questão da valorização de uma linguagem modelo e consequente “formatação” dos trabalhos era, neste momento uma das mais discutidas nesta geração de alunos (e entre alguns destes e os seus professores).

Se, efectivamente, a chamada “Arquitectura da Escola do Porto” adquire um estatuto de modelo formal autónomo nos anos 80 (com a já referida maior divulgação nacional e internacional das obras dos seus arquitectos, nomeadamente de Siza) e sendo a arquitectura portuguesa, tradicionalmente, o resultado de um fenómeno de aculturação (sendo “na forma como interpreta os modelos e os adapta à realidade que encontramos a sua especificidade”<sup>22</sup>), este fenómeno de nascimento de um modelo interno (que é, inclusivamente, exportável) é uma originalidade. Mas também representa um perigo, porque sintetiza mal uma ideia de Escola que é, na sua essência, muito mais uma referência metodológica (na importância do desenho como catalizador desta capacidade de cruzamento e reinterpretção dos modelos, no refinamento de uma atitude que é, simultaneamente, eclética em relação aos modelos estrangeiros e conceptual em relação às referências culturais Portuguesas, da Arquitectura Popular e não só) e não é assim compreendida pelas novas gerações.

Sendo esta referência metodológica implícita ao ensino mas nem sempre explicita no discurso dos docentes, corre-se o risco do seu entendimento não ultrapassar o de um simples modelo formal, apreendido sobretudo em imagens (desenho ou fotografia) de obras dos arquitectos de referência (Siza, Souto Moura). Como as obras destes já são o resultado de uma manipulação de modelos, a sua reinterpretção, neste processo de aculturação típico da nossa arquitectura, resulta num empobrecimento do resultado final.

Esta questão, que está implícita nos “27 trabalhos ancorados”<sup>23</sup>, mas não é abordada nos comentários dos docentes, é encarada de forma directa por Alves Costa em “Plenitude”:



“Há aqui realmente, um problema em relação aos modelos. A Escola defende um método de ensino que passa pela criação de instrumentos pessoais para uma expressão individual. (...) Mas como é que essa pedagogia que passa por uma relação muito intensa entre professor e aluno na crítica e debate dos processos individuais e na sua valorização, se tem confrontado com a entrada dos modelos? Houve um momento difícil, uma reacção negativa em relação a isso. (...) Mas muito cedo verificamos quanto isso era profundamente reaccionário, conservador e obviamente inútil (...) A questão do Siza nunca foi um problema, porque o Siza é um tipo que é impossível copiar. Copiar o Siza é ridículo (...) o Siza não fornece modelos, o Siza propõe um método de abordagem das questões (...) Por outro lado o Siza não é ignorante em relação às formas arquitectónicas que se produzem no mundo (...) podemos até encontrar na sua obra referências, algumas citações, algumas homenagens, é muito simples encontrá-las.”<sup>25</sup>

Há aqui uma aparente contradição entre uma ideia de ensino sem modelos e a obra claramente referenciada de um arquitecto que é assumido como “a expressão máxima do nosso entendimento metodológico, o nosso exemplo maior”. Esta ambiguidade, que é a do próprio método de trabalho de Siza, implica um estudo aprofundado da abordagem específica de cada obra, quando se pretende encarar esta arquitectura como referência.

O que leva às questões “pensa que é fornecida informação sobre o Siza” e “se o Siza não funciona como modelo, como é que se explica que os trabalhos dos alunos (e ouve-se isso regularmente) sejam tão tipificados, tão iguais?” a partir das quais se conclui que, se há muita informação, esta não é descodificada aos alunos.

Curiosamente, face à afirmação de que esta informação “não é discutida nas aulas, não é material com que se trabalhe”, a surpresa do entrevistado é tão genuína como a sua crítica:

“Ah! Não é? (...) Acho muito mal que não seja, mas disso não te posso dizer nada, não posso falar em nome da Escola.”

Estão ainda enunciados nesta entrevista, por Jorge Figueira ou Alves Costa, os componentes fundamentais para o enunciado da chamada “crise da Escola do Porto”: o seu carácter fechado “anti-cosmopolita e inquisitorial” face aos desafios da globalização, o cepticismo dos estudantes e a burocratização das relações entre professores e alunos, o hipercriticismo geral que disfarça uma “certa desqualificação da capacidade crítica” e a necessidade de relançar o debate interno depois de um período de transição ESBA - FAUP (a “ditadura instaladora” que “afastou toda a gente da participação na vida da Escola”), para além das já referidas questões da tipificação dos trabalhos dos alunos (resultado de “um medo quase absurdo, anti-natural”) e da ambiguidade do modelo pedagógico face ao modelo arquitectónico da obra de Siza (e, mais tarde, Souto-Moura).

As questões aqui enunciadas serão novamente abordadas, de um modo mais eficaz, no segundo número da revista.

### *3. “a escola parece viver afundada num conceito de prática (praxis) e de bom senso”*

No final de 1988 a geração que fez a Unidade estava só meio ano mais velha, mas tinha mais consciência da força do seu manifesto; o sucesso do primeiro número tinha sido elucidativo em relação ao alcance da iniciativa, e as reacções não poderiam ter sido melhores, em relação à adesão daqueles a quem se dirigia o discurso; o desprezo por parte dos outros não desmoralizou ninguém, até porque também era esperado.<sup>27</sup> Se as expectativas criadas para o segundo número eram elevadas, a capacidade de mobilização e a vontade de provocar também eram maiores e, sobretudo, aumentou a capacidade de percepção dos problemas e de os comunicar.

Em Dezembro de 88 é divulgado “Ousar, Experimentar”, um manifesto assinado por “dez indivíduos do 4º e 5º ano” (quase todos membros do “departamento desilusão!” da AE FAUP e/ou colaboradores da Unidade # 1), que constitui o primeiro passo para a realização da Unidade # 2 (publicada quase um ano depois).

"Ousar, Experimentar"<sup>28</sup> põe o dedo em quase todas as feridas da Escola, afirmando que:

- a escola vive "afundada num conceito de prática (praxis) e bom senso" que não permite a teorização no processo arquitectónico; não são abordados nas cadeiras de Projecto "de modo aprofundado e sistemático, os conteúdos e conceitos em jogo"; não existe "uma orientação pedagógica clara e interveniente, que perturbe e motive os estudantes"; o paradigma de ensino "escola-atelier" é já "manifestamente insuficiente como forma de ensino"; o processo projectual é "quase exclusivamente orientado no sentido da evolução de escalas, no sentido de uma pose construtiva"; verifica-se "um claro esvaziamento teórico das propostas dos estudantes" que conduz, muitas vezes, a uma aderência aos modelos e "esquemas" que agradam ao respectivo professor, "modelos repostos sem consciência";
- são questionáveis as opções do plano de estudos em vigor, face à ausência de uma dinâmica pedagógica; a sobrecarga de "trabalho de estirador" e a carga horária excessiva aniquila nos alunos a possibilidade de interagir com os "outros saberes", com "objectos e espaços exteriores"; a Escola está fechada ao exterior, numa época de grande experimentação e experimentalismo, e nem internamente procura estabelecer o debate;
- há docentes subaproveitados, quer por "auto-subaproveitamento" quer por má colocação; é dado o exemplo de Siza, como o mais brilhante exemplo de uma ausência que se quer presente, mas estão subentendidos nomes com muito menos brilho, de presenças que se desejariam ausentes: "pensamos que a escola deverá empreender desde já, com rigor e sensibilidade, um processo de renovação dos quadros docentes", para além de "encontrar um processo de crítica evolutiva no sentido de desbloquear o que porventura impeça uma saudável relação com a arquitectura e as suas envolventes" (...). "A não ser que se prefira escamotear o questionamento atento, rigoroso e descomprometido da realidade".

Os objectivos deste texto não se esgotam com a sua divulgação, feita em fotocópias (que circulam de mão em mão e se colam nas paredes da escola): ele foi escrito com a intenção de procurar o debate, e como tal foi entregue a alguns professores, com um pedido de comentário.

Mais eficaz do que denunciar os problemas era incitar os próprios docentes a reflectir sobre eles. Esta premissa revelou-se acertada, porque o conjunto das respostas é muito mais contundente para a consensual ideia de Escola do que foi a provocação.

Cito apenas os depoimentos que considero mais claros e relevantes, seguindo a ordem da sua publicação:

**O mundo é esta revista. Unida-de. Não que se acredite no que é possível mas precisamente no contrário. Esta revista é o nosso mundo de pernas para o ar. Desconfortável é ser cinzento todas as manhãs, cumprir o cigarro, gesticular desânimo. O espaço manobra-se e ser indiferente é uma forma de terrorismo.**



- Nuno Portas, cujas posições críticas face à estratégia pedagógica da Escola eram já bem conhecidas, começa por encarnar o "som dos dez" como um "aviso sério no ambiente da escola em geral", alertando para o perigo de considerar como intocáveis as "rotinas pedagógicas do tipo 'mestre-discípulo' assentes quase exclusivamente na experiência profissional e na suposta capacidade crítica dos docentes, esquecendo a recente e substancial alteração do número de alunos e o novo condicionalismo do recrutamento e progressão na carreira dos docentes"; acrescenta que a escola-atelier "já não é o que era e ainda não é outra coisa" e conclui que "provavelmente, haverá que fazer opções dolorosas entre o privilégio do estirador individual, onde (pouco) se desenha e as mesas de trabalho de grupo onde se terá, sobretudo, que trabalhar a informação de várias disciplinas, com e sem participação dos docentes respectivos e confrontar as propostas individuais": será preciso escolher, como fórmula pedagógica, entre "um consultório ou um laboratório", "um cesto de papéis no fim do ano ou uma investigação programada transanual" e "um canteiro de flores de estilo ou uma convergência (crítica) na resposta aos problemas".

• Jacinto Rodrigues (um assumido “outsider” em relação às ideias dominantes do corpo docente, crítico da própria orgânica interna da FAUP) não esconde a sua “simpatia imediata para todas as manifestações que visam desenvolver o diálogo na situação de esclerose em que se vive.” Defende que não é ‘praxis’ que se vive na Escola, é “empirismo cristalizado”, “rotina”; alerta para um “abastardamento” da teoria no último plano de estudos: separamo as cadeiras de Teoria das de História e suprimindo as aulas práticas de Teoria. Afirma que o saber operativo e imitativo “reduz a arquitectura a um produto cadavérico e sem sonho”. Apela à realização de umas “jornadas” sobre o ensino da arquitectura e a uma “reciclagem” do corpo docente, para “reinventar esta escola”. Conclui afirmando que não é mais possível alimentar o mito da “Escola do Porto”, porque esta, “se existiu, já foi há muito tempo, quando existia um clima pedagógico coerente e um esforço comum na realização de objectivos claros” e que a referência a “grandes arquitectos como Siza e Souto Moura (...) tem servido para escamotear a pobreza científico-pedagógica em que se caiu!”.

• Francisco Barata simula, no seu texto, o relato do dia a dia de estudantes e professores, num discurso realizado na primeira pessoa, como num diário. O discurso do aluno é desencantado: “Serão mudos os meus desenhos? A poesia dos meus projectos e a minha criatividade perdem-se nas normas e nos regulamentos”; o discurso do professor é, necessariamente mais contundente, porque não é um retrato ficcional, é um relato realista (porque feito por um docente de Projecto) e uma crítica acutilante e incisiva ao funcionamento da(s) cadeira(s): “A sala quase vazia. Nalguns estiradores, alguns rolos de papel. Criticar seis ou sete trabalhos se conseguir um ritmo certo. (...) Estirador a estirador simular a meia verdade do atelier e usufruir com prazer estes espaços, estas arquitecturas que se misturam nas conversas diárias. Mas faltam as aulas dirigidas a todos os alunos. Os pontos de situação não bastam e a crítica comparada não pode ser o somatório das críticas individuais. Falta definir a matéria e a bibliografia de cada tema de Projecto. Falta seleccionar conhecimentos, obras e experiências como instrumentos de projecto. O conteúdo programático de Projecto não é o conjunto das conversas estirador a estirador, mais pontos de situação.”

• Alexandre Alves Costa reflecte, em primeiro lugar, sobre o significado da designação “Escola do Porto”, que “se refere cada vez menos à produção corrente naquela cidade ou região de que é o pólo principal e cada vez mais ou até exclusivamente a um grupo de arquitectos que se referenciam à existência de uma Escola,

no sentido de plataforma colectiva (...) com o desejo de transformar uma suposta inteligência comum do fenómeno da arquitectura em projecto pedagógico institucionalizado. E se nesta aliança, nunca perfeita nem pacífica, está o mecanismo que esta bilizou a produção portuense e um dos alicerces da sua coerência, está também a razão, hoje, das debilidades de uma e outra parte”. Se a escola tem “uma visão pragmática e empirista” em relação a alguns campos do conhecimento, na “tradição da complementaridade escola-atelier”, esta está “pervertida, no somatório dos discursos individuais de docentes/arquitectos sem disponibilidade para pensar e construir uma plataforma pedagógica comum, dominados pela terrível concorrência de prestígio pessoal (...) Todos querem envolver o seu nome na corrida, arrastando, nessa inflexível lógica, os estudantes que à imagem mistificada de alguns Mestres são já, antes de o serem, Autores ‘por presunção e água-benta’.”

• José Carlos Portugal opta por devolver a provocação (o que conseqüe, sendo o único a merecer resposta directa, numa “Breve nota amiga” de Jorge Figueira), acusando “Ousar Experimentar” de fazer “passar uma mensagem quase vencida”. “Apesar de ser exacto na detecção e selecção dos problemas que enuncia em protesto, escapa-lhe no entanto a eficácia do manifesto” acrescenta, apesar de afirmar que subscreve “o texto dos 10” (que “é actual, razoável, ambicioso, responsável, interveniente, circunstancial, voluntarioso, ambíguo, directo, poético, corajoso e leal”, para além de ser “o único”) e se inscreve para o discutir. A sua resposta parece, no entanto, padecer da mesma falta de eficácia de que acusa os “10 indivíduos”, relativizando todos os temas; até que, numa frase lapidar, põe o dedo na ferida de uma questão identitária da arquitectura do Porto, esquecida por todos até aí: “em dez anos, a frase ‘a ideia está no sítio’ sofreu uma evolução epistemológica para ‘a ideia cabe no sítio’.”<sup>29</sup>

Se é evidente que estes textos reflectem inquietações que são, na sua maioria, tema de conversa antigo (entre os alunos, entre estes e os docentes e, certamente, entre os próprios docentes), a sua publicação traz qualquer coisa de novo: um momento em que a Escola se sente obrigada a reflectir sobre si própria, e a questionar os pressupostos de uma identidade que, ainda mal assimilada por muitos, podia já estar ultrapassada. São publicados na Unidade # 2, tal como os contributos para o mesmo debate de António Quadros, João Pedro Serôdio, Alberto Carneiro e Henrique Carvalho<sup>30</sup>, entre ensaios (de que saliento “Fazer da imagem uma consciência vária” de Alexandre Alves Costa sobre Siza Vieira), entrevistas (a Alberto Carneiro, Carrilho da Graça e Paulo Varela Gomes), desabafos<sup>31</sup> e provocações, como o desafio expresso em “Sítio – um jogo fami-



liar” (onde o “Dept dl” convida um grupo de alunos a desenhar o “edifício que falta” na nova Faculdade e depois desafia Siza e Alves Costa para discutir os resultados).

Os depoimentos citados (resumidamente) mostram claramente uma plena consciência dos problemas da Escola, da parte dos seus professores, mas também uma certa inércia no modo como eles se encaram, que não deixa de ser representativa da coesão interna da maioria do corpo docente, mesmo nesta circunstância de “percepção de crise”. Perante esta passividade (por medo de “deitar fora a criança com a água do banho”)<sup>32</sup>, o conteúdo da Unidade # 2 resulta, em primeiro lugar, como a confirmação de uma crise anunciada; mas funciona também, e sobretudo, como um sinal de alarme, como o silvo de uma válvula de pressão que anuncia o momento em que é preciso mudar algo, quanto mais não seja para permitir que o resto fique mais ou menos na mesma...

Assim, a Escola não ficou indiferente ao “Manifesto dos 10”: a sua repercussão terá influenciado a reformulação do plano de estudos de 1994, que reintroduz as aulas práticas de Teoria da Architecturæ reforça o papel desta, criando simultaneamente uma continuidade vertical (do 1º ao 5º anos) e uma interligação disciplinar horizontal (ano a ano) relacionando o seu conteúdo programático com as diferentes temáticas das cadeiras de Projecto; não será também mera coincidência que se registre, a partir desta altura, o início de uma progressiva renovação dos quadros docentes, que aposta preferencialmente em jovens recém-licenciados, que realizam dentro da Escola o seu percurso de formação académica.

Mas, no essencial das questões equacionadas em 1989, o ensino da Escola terá mudado de forma significativa, nos últimos 16 anos? Esta é uma pergunta inevitável, mas a sua resposta implica outro espaço e outro estudo: um espaço que este texto já não tem e um estudo que, para este autor, ainda está por fazer...

#### 4. “Estou farto do Álvaro”

Julho de 2005, DAA, Guimarães.

O nosso graffiti de estimação está esquecido no último degrau de acesso às antigas instalações.

Já ninguém se lembra quem o escreveu e porquê.

Estamos todos convencidos que o nosso curso tem problemas: demasiado Porto para uns, demasiada UM para outros; Projecto a mais para aqueles, excesso de Engenharia para estes; “trabalho a mais” dizem os discentes, “não se vê trabalho” dizem os docentes...

Mas a voz dos alunos não se ouve, a não ser quando o professor X não cumpre ou a disciplina Y não funciona.

No ano passado, alguns alunos quiseram discutir a identidade do curso, mas a ideia ficou no ar: somos todos um bocado reactivos (só funcionamos por estímulos) e temos muito mais que fazer...

E, parece-me, falta Unidade...

#### Notas:

1. *Escritura Pop* é o título do primeiro livro de Miguel Esteves Cardoso (Lisboa: Quercus, 1982), que Jorge Figueiracita em “Notas Inúteis”, um discurso sobre a música pop que representa bem o espírito da revista *Unidade # 1* (Porto: “departamento desilusão!” da AE FAUP, Julho de 1988, pág. 6-8).
2. Acaba também de ser publicado *A Arquitectura de Álvaro Siza*, primeira abordagem monográfica daquela que é já a principal referência da Escola (Peter Testa, *A Arquitectura de Álvaro Siza*, Porto: FAUP, 1988).
3. Paulo Varela Gomes em “O Susto”, entrevista de Jorge Figueira publicada na revista *Unidade # 2* (Porto: “departamento desilusão!” da AE FAUP, Novembro de 1989, pág. 87).
4. Fernando Távora em “O Problema da Casa Portuguesa” (Lisboa: Cadernos de Arquitectura, 1947) inicia uma polémica oposição à doutrina de Raul Lino (ver, entre outros, *Casas portuguesas – Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, Lisboa: Livros Cotovia, 1933) e dá também um primeiro passo para a definição de uma nova atitude face à *Arquitectura Popular*; esta primeira batalha virá a ser ganha com a realização, entre 1955 e 1960 do Inquérito à *Arquitectura Popular Portuguesa* e a publicação das suas conclusões (AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Architectos, 1961); Fernando Távora está também ligado a esta iniciativa, porque integrou a equipa que trabalhou na “Zona 1” (Minho, Douro Litoral e Beira Litoral), juntamente com Rui Pimentel e António Menéres.
5. No 1º Congresso Nacional de *Arquitectura* de 1948, os architectos portugueses presentes (cuja militância tinha já levado, em 1947, à formação do grupo ODAM, no Porto) apresentavam publicamente uma defesa incondicional do Movimento Moderno, lutando pela sua importação para a *Arquitectura Portuguesa* contra a censura e os modelos impostos pelo Estado Novo.
6. A vitória dos defensores do Moderno, conseguida progressivamente depois do Congresso de 1948, implica, no entanto, a subsequente crítica (à luz dos resultados do Inquérito) ao internacionalismo crescente da *Arquitectura Portuguesa*; esta está implícita na obra de Távora, que marca o nascimento de uma ideia de “*Arquitectura do Porto*” como alternativa à aplicação acrítica dos modelos do Estilo Internacional; ver textos de Nuno Portas, publicados na revista “*Arquitectura*” a partir de 1957, defendendo a *arquitectura* de Távora e Teotónio Pereira em alternativa a uma *arquitectura* portuguesa de pretensões internacionalistas, com modelos brasileiros de influência Corbusiana.
7. Apesar da crítica ao internacionalismo, as diferentes linguagens da *Arquitectura Moderna* nunca deixaram de ser os modelos preferenciais dos architectos do Porto e são nos anos 80 assumidos como a única alternativa na batalha contra os modelos emergentes do Pós-modernismo historicista, depois de algumas experiências de *arquitectura* “Pop” (na década anterior) influenciadas por leituras recentes do Venturi: Domingos Tavares (em *Da Rua Formosa à Firmeza*, Porto, ed. do Curso de *Arquitectura* da E.S.B.A.P., 1985, pág. 55) conta que “de Venturi trouxera-nos Siza uma notícia breve, em fins de 1969 depois de uma visita a Barcelona onde, dizia, ‘andava tudo doido com o americano’. Meteu-nos o ‘bicho’ de uma novidade teórica e foi fazer *arquitectura* ‘pop’ para Caxinas-Vila do Conde”; a obra de Robert Venturi referida é, obviamente, *Complexity and Contradiction in Architecture* (New York: MOMA, 1966).



8. "Muitas contradições e caminhos sem saída irá experimentar este processo, sobretudo na superação da sua formulação abstracta, feita em 69/70, para a situação concreta de uma realidade em transformação" (Alexandre Alves Costa, *Dissertação...*, Porto, ed. do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1982, pág. 85); sobre a Reforma do Ensino da Arquitectura, ver também pág. 45 e 46.
9. Bem como os vários textos sobre o ensino da arquitectura que informam a extinção do curso de arquitectura na ESBAP e a consequente criação do curso da FAUP; ver, por exemplo, a publicação organizada pela Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura, "Quatro mesas redondas sobre o ensino da Arquitectura" (Porto: ed. ESBAP, 1983) ou o "Guia da Faculdade de Arquitectura do Porto", publicado em 1984, onde se podem encontrar os estatutos, a orgânica e o plano curricular da FAUP.
10. O 25 de Abril é fundamental para a construção desta identidade, uma vez que liberta a Escola para definir a sua arquitectura e o seu modelo de ensino, na transição para a Universidade, ao mesmo tempo que fornece um laboratório de trabalho que permite a tomada de consciência plena da eficácia desse caminho: a operação S.A.A.L.. Este é também, simultaneamente, o momento em que o produto "Escola do Porto" se torna exportável, isto é, quando existe um conjunto de obras que, pela sua dimensão, pela sua circunstância política, pelo seu programa, pela sua originalidade tipológica e, claro, pela sua imagem, são apelativas para a imprensa internacional da especialidade.
11. Paulo Varela Gomes em "O Susto", a já citada entrevista de Jorge Figueira.
12. FRAMPTON, Kenneth, *Modern architecture: a critical history*, London, Thames and Hudson, 1980 (2ª edição revista e alargada, T. and H., 1985; 3ª ed. rev. e alarg., T. and H., 1992); ver o capítulo 5 da Parte III (2ª e 3ª ed.).
13. Nomeadamente a "Zona 1" (Minho, Douro Litoral e Beira Litoral) do já citado *Arquitectura Popular em Portugal*.
14. FRAMPTON, op. cit. (edição de 1985, pág. 327).
15. Internationalen Bau-Ausstellung: Exposição Internacional de Arquitectura realizada em Berlim em 1987, a propósito dos 750 anos da cidade, com o objectivo de reabilitar o seu tecido urbano; Siza ganhou o concurso para o projecto de Schlesisches Tor, juntando o seu nome aos de Rossi, Kollhoff, Rob Krier, Isozaki e Gregotti (entre outros) como projectista do IBA.
16. Torna-se clara esta vontade logo nas primeiras páginas do nº 1 da revista *Unidade*, mas mesmo antes da sua publicação já toda a gente sabia quem o tinha escrito...
17. Jorge Figueira (*Unidade* # 1, pág. 3).
18. Jorge Figueira em "Breve nota amiga para o José Carlos Portugal" (*Unidade* # 2, pág. 75).
19. Ibidem.
20. Jorge Figueira (*Unidade* # 1, pág. 2).
21. AAVV, *Páginas Brancas* (Porto: Arquitectura ESBAP, 1986); posteriormente foi publicado um segundo volume, com diferentes conteúdos mas características semelhantes: AAVV, *Páginas Brancas II* (Porto: AE FAUP, 1991).
22. Alexandre Alves Costa, "Valores Permanentes da Arquitectura Portuguesa", revista *VÉRTICE*, nº19, Outubro de 1989.
23. A expressão "ancorados" é uma evidente ironia em relação à "obrigatória" relação com os sítios, que é interpretada nos diferentes trabalhos de forma muito diversa... "27 trabalhos ancorados" (*Unidade* #1, pág. 28 a 53).
24. "os professores (alguns) escrevem" (*Unidade* #1, pág. 26 e 27).
25. Alexandre Alves Costa em "Plenitude", entrevista de Jorge Figueira (*Unidade* # 1, pág. 21 a 25).
26. Ibidem.
27. "Na escola, para alguns grupos, somos 'fechados', 'imperceptíveis', 'ambíguos' e outras coisas ruins." Jorge Figueira em "Ultravioleta", editorial da *Unidade* #2 (pág. 3).
28. Mais tarde publicado na revista *Unidade* #2 (pág. 58).
29. Este comentário "actualiza" uma famosa frase do Siza ("a ideia está no Sítio") que cada vez encontra menos aplicação na arquitectura da Escola, até porque os "sítios" nem sempre ajudam. Isto significa que não são apenas os paradigmas de ensino que estão em causa, nesta crise da Escola, a própria atitude projectual está a mudar, vítima das mudanças do contexto português; aliás, na obra do próprio Siza encontramos alguns bons exemplos desta nova atitude: a casa Avelino Duarte (Ovar, 1985) será o primeiro momento desta "desconsideração" pelo sítio (que, paradoxalmente, acontece ao mesmo tempo que, em Berlim, Siza projecta um dos edifícios mais Berlineses do IBA), enquanto que o edifício do seu próprio escritório (construído 10 anos mais tarde, na rua do Aleixo, no Porto) se me apresenta como um dos seus exemplos mais evidentes, dado o seu excessivo impacto na envolvente.
30. Contribuindo para o debate apenas com o seu "traçado regulador da Capela de S. Pedro-Alfandega da Sé", Henrique Carvalho opta pelo "discurso" da Geometria, pretendendo talvez significar que no Desenho também há Teoria (*Unidade* # 2, pág. 69).
31. Como o relato desencantado de uma sessão de crítica do arq. Siza Vieira, falada em Castelhana, a trabalhos de um grupo de alunos de Barcelona em visita à FAUP, em Abril de 1989: "Alguns colegas meus estiveram lá. Poucos. A sessão era só para estrangeiros. Porque, feitas as contas, fica a sensação um pouco amarga de que na escola do Porto, os estrangeiros são os poucos portugueses que ouvem Siza Vieira a falar estrangeiro em Portugal." Este desabafo de Nuno Lourenço exprime bem a frustração de quem foi, como nós, "aluno" do arq. Siza no 3º ano (em 1987/88), sem este nos ter dado uma única aula... (ver "Os estrangeiros", *Unidade* # 2, pág. 64).
32. Isto é, fazer um esforço de renovação tão grande que estraga irremediavelmente as qualidades da coisa que se quer melhorar; esta é uma expressão "roubada" a Nuno Portas, de quem a ouvi várias vezes, aplicada a intervenções urbanísticas...